

Após ^{ocor. Brasil} moratória, vem reforma

CORREIO BRASILEIRO

A reforma ministerial virá mesmo, mas apenas depois de um encaminhamento seguro para a crise cambial. E será exatamente desse desfecho que dependerá a dimensão da reforma: se a fórmula for indolor, melhor será a mudança, enquanto um endurecimento externo determinará uma reforma mais ampla.

Essa informação foi prestada ontem por um ministro que tem participado das articulações envolvendo o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. De acordo com ele, dificilmente haverá qualquer troca de ministro antes de 15 de março e nenhuma modificação afetar a posição da Fazenda, onde Dilson Funaro está, em suas palavras, "muito fortalecido".

Em compensação, o ministro do Planejamento, João Sayad, deverá mesmo ser substituído. Não apenas ele estaria desafiando da melodia tocada por Funaro como dificilmente se resignaria à diminuição do papel reservado à Seplan. Para seu lugar falam-se em três nomes: o empresário Paulo Cunha, o atual ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, e o ministro da Previdência Raphael de Almeida Magalhães.

Paulo Cunha é presidente do Grupo Ultra e vem sendo aproximado do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, por

amigos comuns. Sua eventual escolha representaria um aceno em direção ao empresariado do Centro-Sul, hoje bastante afastado do Governo. Já Costa Couto, que dificilmente permaneceria à frente do Ministério do Interior — cobijado tanto pelo PFL e pelo PMDB nordestinos quanto pelo governador eleito de Minas, Newton Cardoso — tem a seu favor a amizade do presidente Sarney e o bom relacionamento com Funaro. Ex-secretário do Planejamento de Minas e do Rio, Costa Couto já recebeu sinais de que tem uma posição assegurada após a reforma.

Raphael de Almeida Magalhães vem sendo lembrado para o Gabinete Civil, posto que considerava politicamente muito difícil, e para a própria Seplan. Sua saída deixaria o Ministério da Previdência Social para o deputado paulista Ralph de Biasi, amigo do governador eleito Orestes Quêrcia, que se tem batido pela indicação.

Biasi vinha sendo dado como certo para o Ministério da Indústria e do Comércio. Compensaria assim, para São Paulo, a perda eventual da Seplan. Quêrcia, porém, prefere a Previdência, pasta com maior mobilidade e recursos políticos. De qualquer forma, a permanência de José Hugo Castelo Branco no MIC é vista hoje como extremamente duvidosa, ainda mais que

Newton Cardoso não parece disposto a brigar nem pelo ministro, nem pelo ministério.

O atendimento às reivindicações de Quêrcia tem o condão, ainda, de esvaziar a candidatura do atual governador Franco Montoro ao Itamarati. Não apenas Quêrcia não lutaria por ele, como o próprio PMDB mostra mais disposição de batalhar por outros ministérios. De qualquer forma, Montoro foi vitorioso e tem a apolá-lo um forte lobby dentro do Itamarati. Bem ou mal, a embaixada em Paris continua vaga, podendo servir como um cobijado prêmio de consolação para quem perder o Ministério das Relações Exteriores, inclusive o atual chanceler.

Para a embaixada fala-se também no governador do Distrito Federal, José Aparecido e no ministro da Administração, Aluizio Alves. Mas no Palácio do Planalto fazem-se apostas a respeito de quem substituirá o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, caso se confirmem as previsões de sua saída. De acordo com essas apostas, se a mudança se desse hoje, Aparecido seria a solução mais viável; entretanto, quando mais demorar, maiores são as chances do candidato *in pectore* do Presidente, o deputado Prisco Viana. Nada impede, porém, que Aparecido permaneça no governo do DF.

Os ministros Aureliano

Chaves, Aluizio Alves, Antônio Carlos Magalhães, Leônidas Pires Gonçalves, Henrique Sábóia, Octávio Moreira Lima, Rubem Bayma Denys, Renato Archer e Ceiso Furtado saem só se quiserem. Isso não impede, no entanto, que Aureliano, ou Antônio Carlos não possam sofrer desgastes, por parte até mesmo de companheiros do Governo.

As pastas da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Urbano podem sofrer alterações em função das negociações políticas. O Ministério do Desenvolvimento Urbano pode até ser extinto, mas o Paraná deverá ser atendido; caso não surja outra fórmula Deni Schwartz pode permanecer, pois sua atuação tem agradado o seu partido e o Planalto.

Na verdade, o Paraná desejaria a Agricultura ou os Transportes, além de não abrir mão da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil. O ex-governador José Richa ocuparia qualquer uma das duas pastas. Mas o PMDB paranaense dividiu-se há pouco. E o presidente Sarney não parece interessado em abandonar Iris Rezende, que se expôs ao sol e ao sereno para defender o Governo, ou José Reinaldo Tavares. Este, aliás, forma com Vicente Fialho, da Irrigação, o núcleo pessoalmente mais próximo ao próprio Presidente.